

O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E O ESTUDANTE SURDO: TRABALHANDO O BILINGUISMO NA UNIVERSIDADE EM PARINTINS/AM

Ana Paula de Sousa Abecassis¹

Letícia Tavares Souza²

Rian Marchão Costa³

Orientadora: Francisca Keila de Freitas Amoêdo⁴

RESUMO

Este resumo expandido tem o objetivo de contribuir para as discussões acerca da relação de ensino-aprendizagem entre professor de língua portuguesa e alunos surdos por meio de metodologias de educação inclusiva em sala de aula. Assim, o estudo torna-se importante por ter a finalidade de mostrar essa relação a partir de metodologias eficazes para a compreensão e o entendimento do português na escola regular tanto por alunos surdos quanto ouvintes, promovendo a inclusão. Temos alguns autores: Johnson, Lidel e Erting (1989 p1), Arcoverde (2006, p. 255), Guarinello (2007, p. 33) e PEREIRA (2000). Deste modo, observa-se quais as metodologias possíveis que fomentem uma maior qualidade de ensino para os alunos surdos, visto que suas maiores dificuldades estão na aquisição da língua portuguesa escrita.

Palavras-chave: Professor de língua Portuguesa, Aluno surdo, Bilinguismo.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo que a sociedade mostra dificuldade em aceitar e entender as diferenças que existem, principalmente, no que se refere ao surdo. A questão da inclusão de alunos surdos na escola é um fator que recentemente tem sido discutido no âmbito educacional, mostrando desafios, particularmente, no ensino da língua portuguesa no ensino fundamental, orientando-a como segunda língua dos mesmos, com professores capacitados e intérprete de Libras. Ao aluno surdo é assegurado por lei o direito de ter um professor intérprete, desta forma, haverá melhor compreensão no processo de ensino/aprendizagem, possibilitando também o aperfeiçoamento do professor para atuação na área de educação inclusiva.

¹ Graduando pelo Curso de Licenciatura em Letras do Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, abecassis01@gmail.com;

² Graduando pelo Curso de Licenciatura em Letras do Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, tavares.leticia@hotmail.com;

³ Graduando pelo Curso de Licenciatura em Letras do Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, rian.costa_marchao@hotmail.com;

⁴ Professora orientadora Mestra do Programa de Pós Graduação e Educação e Ensino e Ciências a Amazônia, professora efetiva a Universidade do Estado do Amazonas – UEA, keilamoedo@hotmail.com.

Nota-se, ainda que as práticas desenvolvidas na escola regular ainda utilizam estratégias pedagógicas antigas. Logo, todo professor enfrenta obstáculos para atender todos os alunos de acordo com as particularidades de cada um. Para os alunos surdos há uma dificuldade maior para compreender aspectos da língua portuguesa, principalmente, escrita, porque a Libras tem sua própria estrutura que é diferente do português.

Este estudo pretende buscar novas metodologias eficazes no ensino da língua portuguesa para o discente surdo, promovendo a inclusão em sala, mas especificamente, apresentar aos alunos ouvintes reflexões quanto à necessidade de inclusão social no ambiente escolar, promover formas de interação entre os discentes nas atividades escolares e auxiliar o aluno surdo em sua aprendizagem da língua portuguesa com o uso de objetos lúdicos.

Com isso, ressaltamos que o ensino de língua portuguesa tem se baseado em diferentes métodos, visando fornecer uma aprendizagem significativa, com isso há a necessidade da construção de uma metodologia com foco no ensino de qualidade da disciplina para o aluno surdo.

O artigo volta-se para a necessidade do entendimento sobre o trabalho realizado, dentro da universidade no que refere se aos acadêmicos surdos detectando as dificuldades de interação encontradas pelos surdos e ouvintes, bem como os obstáculos existentes quanto a aprendizagem da língua portuguesa por surdos no curso de letras e nos demais cursos na área de licenciatura.

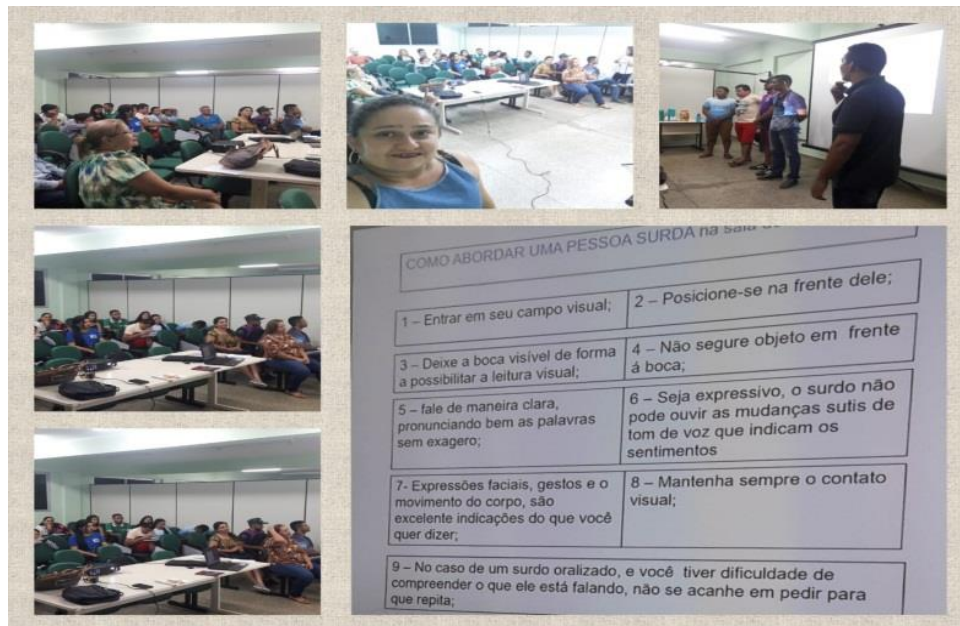
Trata-se também de facilitar a comunicação professor-acadêmico de forma que haja uma maior compreensão do assunto repassado em sala de aula.

Para as escolas e instituição superior será importante, principalmente, para a formação do acadêmico de Letras, a fim de discutir processos metodológicos que estabeleçam estratégias para inclusão de alunos com surdez.

METODOLOGIA

O artigo é de natureza qualitativa, considerando o método de análise foi o materialismo histórico-dialético, compreendido “ao mesmo tempo como uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação” (FRIGOTTO, 2010, p. 86), que permite neste trabalho o caráter exploratório e descritivo,

fundamentando-se na pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa caracteriza-se em um estudo de caso sobre o professor de língua portuguesa e acadêmico surdo dentro do âmbito universitário. Utilizamos os instrumentos de pesquisa sendo eles questionários estruturados e entrevistas, cujo conteúdo será analisado qualitativamente, feitos com quem está diretamente ligado a essa inclusão como, a pedagoga, intérprete de aluno surdo, a professora (o) de AEE - Atendimento Educacional Especializado e o responsável do aluno.



Arquivo: Pessoal 2019

Descrição: Curso básico de LIBRAS para docentes com acadêmicos surdos/CESP-UEA

Os sujeitos do estudo foram 05 (cinco) acadêmicos e um professor de língua portuguesa, para os quais adotamos nomes fictícios elaborados por eles mesmos, como forma de resguardar a identificação dos mesmos e valorizá-los enquanto sujeitos sociais importantes na educação que se processa nestes territórios.

Para a coleta de dados utilizamos as técnicas de pesquisa documental, questionário e entrevista. Conversas informais, registros audiovisuais e anotações feitas em caderno de campo também serviram de base para a análise e compreensão do estudo.

Utilizaremos também leitura e compreensão de palavras isoladas, afim de maneira mais detalhada orientar o surdo acerca da linguística, e gramática do português. Usaremos também recursos para melhorar o desenvolvimento das atividades através de jogos didáticos, cartazes e recursos multimídias, onde será proposta articulação da língua portuguesa como segunda língua favorecendo a aquisição de linguagem por meio bilinguismo, assim buscamos novas práticas metodológicas, através de uma pedagogia viso-espacial, com a tecnologia sendo uma das principais articuladoras do repasse da língua portuguesa.

DESENVOLVIMENTO

Para que possamos entender um pouco mais acerca desse processo educacional considerado desafiador, é necessário que saibamos a definição de educação inclusiva partindo da Declaração de Salamanca (1994) considerada como um marco, direcionando a realização da inclusão na escola.

A tendência em política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades.

Assim sendo para a surdez, existem leis que asseguram a educação inclusiva na escola para essas pessoas, como a lei 10.436/2002, o decreto 5.626/2005 (que regulamenta a lei de Libras), lei 12.319/2010 (conhecida como lei do intérprete) e também a lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação, que traz na meta 4 objetivos para a educação inclusiva).

A LIBRAS foi oficializada e reconhecida como a língua de sinais da comunidade surda em âmbito nacional (lei federal nº 10.436, em 24 de abril de 2002), garantindo a sua difusão por parte do poder público em geral, tomando forma através de debates, fóruns em âmbitos universitários, e nas ramificações dos poderes executivo, legislativo e judiciário, sendo o português usado apenas na modalidade escrita.

Partindo da dificuldade do aluno surdo com a língua portuguesa, no que se refere a comunicação oral e escrita, surgiu então novas perspectiva de agrupar as duas línguas, como o oralismo que no século XVIII a partir do Congresso de Milão de 1880.

Sete dias de discussões, apresentações e votações, entre 6 e 11 de setembro de 1880, em Milão, Itália, coroaram os pressupostos oralistas, as resoluções foram quase unânimes da fala como meio de inserção do surdo em um mundo ouvinte. Os gestos? Que fossem banidos. As práticas bimodais que utilizavam sinais em simultaneidade com a fala também foram rejeitadas. O oralismo puro, como acordado por grande parte dos mais de 170 membros do Congresso (em sua quase totalidade ouvintes), foi apontado como a melhor abordagem para a educação de surdos (EJI, 2016, p. 1).

A partir daí a língua de sinais foi proibida nas escolas e a comunidade foi excluída do meio social, tal modalidade obrigava os surdos a falar para que fossem aceitos como pessoas “normais”, pois eram considerados anormais, piorando a inserção desses na sociedade, pois nem todos conseguiam se oralizar, fazendo-os viverem clandestinamente, isolados, e amedrontados no meio social.

O bilinguismo, em 1980, surge no Brasil com a aceitação e a capacidade de compreensão, buscando inclusão entre a diversidade do aluno surdo, para melhores resultados educacionais e no meio social. Ele prepara o aluno ouvinte para o convívio no seu cotidiano com alunos surdos, e os fazem entender as dificuldades da realidade social. Assim a surdez é compreendida como diferença cultural, tendo a filosofia bilíngue como base a concepção sócio antropológica, sustentada por Guarinello, (2007, p. 33) onde: “Os surdos formam uma comunidade linguística minoritária, que utiliza e compartilha uma língua de sinais valores, hábitos culturais e modos de socialização próprios.”

O ponto de vista bilíngue parte da suposição de que o ensino dos surdos precisa ser realizado com o uso de duas línguas: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Língua Portuguesa. Dessa forma o bilinguismo é um método de ensino usado por escolas que querem oferecer ao aluno surdo a maior acessibilidade resultante do uso das duas línguas no contexto escolar.

O uso de duas línguas na educação de surdos, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa, é uma solução que supre as necessidades de quem pouco ou nada pode ouvir. Embora ainda não haja consenso sobre o assunto, a polêmica sobre a preferência de uma ou outra vem diminuindo. Se antes especialistas divergiam sobre a modalidade educativa para surdos, a dúvida atual é sobre a capacidade das instituições de ensino para atuar eficientemente. (BORTONI, 2007)

Devemos conhecer o que é a comunidade surda para que possamos trabalhar de forma inclusiva com os surdos. A comunidade surda é aquela que utiliza a língua de sinais, possui identidade própria e se reconhece como diferente, todavia é necessário olharmos a surdez não como diferença e nem como deficiência pois dois fatores são relevantes para essa concepção de surdez. O primeiro leva em conta que os surdos formam comunidades que utilizam a língua de sinais, e o segundo defende que os filhos de surdos apresentam melhor desempenho acadêmico e mais habilidades para aprender a linguagem oral e escrita.

O ingresso na comunidade surda não ocorre automaticamente só pelo fato de uma pessoa ser surda, a entrada é uma escolha individual e independe do grau de surdez da pessoa. Membros da família e amigos de pessoas surdas, também podem fazer parte da comunidade surda se forem aceitos.

Em 2016, na cidade de Parintins Estado do Amazonas, foi realizado um projeto de extensão pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP na Universidade do Estado do Amazonas - UEA, projeto este que tratava da inserção da Língua Brasileira de Sinais

(LIBRAS) no contexto escolar em três comunidades da zona rural da cidade de Parintins, com duração de um ano. Na decorrência do projeto, os professores e alunos que desejavam aprender LIBRAS tiveram a oportunidade de receber aulas práticas e obter diariamente diversos conteúdos sobre o ensino de LIBRAS incluindo Comunicação Total e Bilinguismo. Como resultado obteve-se um envolvimento dos ouvintes nas atividades e uma compreensão quanto a importância do ensino e aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, adquirindo-se uma interação entre as pessoas surdas e ouvintes destas comunidades.

“Com isso, acredita-se que se faz necessário buscar o envolvimento das pessoas ouvintes e surdas, procurando outras estratégias de ensino para que haja inclusão onde quer que estejam objetivando um bom aprendizado e oportunidade de conhecimentos. Vale ressaltar, a tomada de consciência não somente por parte da sociedade mas também por parte dos profissionais que atuam na educação básica, onde estes possam oferecer melhor atendimento e apoio em seu processo de ensino.” (AMOÊDO, AZEDO, SOUZA, 2016)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fazendo a análise deste processo educacional pelo qual o surdo vem passando, é compreensível que a metodologia deve estar pautada em discutir as possibilidades para o crescimento da educação bilíngue como aceitação da diversidade linguística e social do aluno surdo, pois, sabe-se que o processo de inclusão do aluno surdo vem avançando com a utilização do bilinguismo, sendo a Língua Portuguesa a segunda língua do surdo, e a LIBRAS como a sua primeira.

Partindo de uma análise acerca do aluno surdo, o ideal é aprender primeiro a LIBRAS depois então, a língua portuguesa. Para que assim haja interação entre as línguas, para o aluno desenvolver sua capacidade de interação.

A língua de sinais preenche as mesmas funções que a linguagem falada tem para os ouvintes. Como ocorre com crianças ouvintes, espera-se que a língua de sinais seja adquirida na interação com usuários fluentes da mesma, os quais, envolvendo as crianças surdas em práticas discursivas e interpretando os enunciados produzidos por elas, insiram-se no funcionamento dessa língua. (PEREIRA, 2000)

Percebemos ainda que na educação dos surdos, a Libras tem o mesmo significado da língua falada para os alunos ouvintes, no entanto é necessário que os professores que trabalham com a educação de surdos compreendam esta questão que ainda é desafiadora para perceber as diferenças metodológicas e educacionais que estão envolvidas na cultura do aluno surdo. O contato dos professores ouvintes com os alunos surdos é o meio mais adequado para

estabelecer as bases da estruturação da identidade social. De acordo com Johnson, Lidel e Erting (1989):

Os surdos deveriam estar presentes em todas as situações educativas, uma vez que, como todas as línguas naturais, a língua de sinais existe dentro de um contexto cultural. Segundo tais autores, sem a presença de adultos que possam entender e transmitir com propriedade todas as noções que surgem nessas situações, a aquisição da língua não será completa.

É necessário melhorar as metodologias passadas em sala de aula, com textos variados e expositivos de fácil compreensão para os alunos. Uma professora se expressou da seguinte forma:

Eu acho que eles têm que aprender a ler. Ler coisas, ler notícias, ler livros, saber decifrar quem é o personagem. E isso de muitas maneiras, mesmo vendo um filme. Eles têm que saber contar um filme (...) deve-se dar textos, textos variadíssimos, como por exemplo, eles escreverem sobre um desenho ou desenharem sobre uma estória que você contou. Isso eu acho fundamental. (P1)

É preciso ouvi-los, entendê-los e envolvê-los numa nova perspectiva de educação. E que entre os alunos surdos ou ouvintes não existam ideias fixas de homem e de sociedade, mas respeito ao indivíduo e às suas condições de desenvolvimento como ser humano.

Encontram-se, atividades propostas, como, leitura compartilhada de textos sobre surdez. “Nesse sentido, a compreensão leitora é um processo complexo que envolve o que o leitor conhece sobre a sua própria língua, e sobre processos e estratégias específicas para obtenção do significado registrada através da escrita.” (SILVA, 2016, p. 42). Dessa forma, a leitura envolve a compreensão do texto de forma mais ampla, do discurso marcado por um tempo histórico e social, do autor e do sujeito que lê.

É necessário captar que há diferentes tipos de discursos e cada qual marcado por algumas características, onde esta colabora como decodificações dos sentidos das palavras e frases, com uma compreensão abrangente, utilizando a leitura como rica fonte, “é fazer uso de um instrumento cultural e ideológico que permite ao sujeito refletir, elaborar o conhecimento e tomar consciência ideológica de si e do mundo que o rodeia.” (ARCOVERDE, 2006, p. 255), assim a leitura será o início de aprimoramento da língua portuguesa sendo a segunda língua.

Desta forma, para que haja a inclusão do aluno surdo na sala de aula aconteça é necessário uma adaptação curricular e profissionais qualificados, onde observa-se que a inclusão do aluno não é dada somente pela estar junto com outros alunos, mas sim numa reorganização curricular, advinda da construção de um PPP- Projeto Político Pedagógico atento ao atendimento especializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o estudo documental sobre a prática de inclusão do aluno surdo na aquisição da língua portuguesa como sendo sua segunda língua, e uma metodologia, nota-se o bilinguismo, como sendo o mais eficaz no ensino, percebeu-se que no campo teórico os alunos surdos têm suas garantias em formas de leis propiciando o processo de ensino-aprendizagem, mas, na prática, no que tange o atendimento adaptado, verificou-se problemas no repasse de conteúdos pelos professores de língua portuguesa.

Observou-se que o professor possui muitas vezes formações sobre a Libras e sua comunidade surda, mas que não conseguem atender as necessidades do aluno surdo quando adentram uma sala de aula, devido à falta de prática, e habilidade em desenvolver métodos que auxiliem na compreensão da língua portuguesa, desmotivando o aluno, ou passando sobre suas dificuldades, deixando-os despreparados para a realidade acadêmica.

Sabe-se que os processos de preparo do professor de língua portuguesa vem da universidade, onde é oferecido a disciplina de Libras, mas apenas estudada e debatida naquele curto espaço de tempo, deixando o professor em formação aquém da realidade que o espera. Assim, grande é a preocupação, pois, no PPC do curso de Letras, particularmente, no Centro de Estudos Superiores de Parintins, no que se refere o perfil do aluno egresso, um dos pontos fundamentais é o mesmo possuir “domínio e uso das Libras”, algo relevante, não feito de forma eficaz, promovendo a dificuldade, logo, o distanciamento do aluno surdo com o português.

Por conseguinte, o professor de língua portuguesa e o aluno surdo num espaço de inclusão social em sala de aula e na aquisição da língua portuguesa como segunda língua, apresentam aspectos metodológicos que necessitam de reformulações. Em compensação, observou-se melhor harmonia nos últimos anos na convivência do professor/alunos, sendo eles surdos e ouvintes, pois está havendo compreensão da língua e cultura surda, além de cada vez mais pessoas estarem especializando-se nas especificidades no ensino-aprendizagem das LIBRAS, oferecendo, principalmente, no ensino regular uma educação de qualidade.

Portanto o estudo da temática contribuiu para o enriquecimento acadêmico e profissional relevante as práticas metodológicas relacionadas à surdez, a inclusão, o professor de língua portuguesa e o educando surdo em uma sala de aula, subsidiando dessa forma futuras investigações.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, R.D.L. **Tecnologias digitais: novo espaço interativo na produção escrita dos surdos.** Cadernos Cedes, Campinas, v. 26, n.69, p.251-267, mai/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a08v2669>. Acesso em: 08 mar. 2019.

BORTONI, Stella. **LIBRAS e português: bilinguismo na educação de surdos.** Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/referencia-de-sites-e-artigos-online>> Acesso em: 10 mar. 2019

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 09 mar. 2019.

EIJI, Hugo, **Congresso de Milão. Cultura Surda.** Disponível: <http://culturasurda.net/congresso-de-milao/>. Acesso em: 09 mar. 2019

GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007.

JOHNSON, R. E, LIDEL, S.K, ERTING, C. J. **Develando los programas: princípios para un mayor logro en la educación del sordo.** Mérida, 1989. mimeo. [Publicado pela Pós-graduação em Lingüística da Universidade dos Andes, Mérida, 1989].

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 09 mar. 2019.

Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 23 mar. 2019.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 09 mar. 2019.

NÓVOA, A. **Vidas de professores.** Porto: Porto, 1992. Os professores e as histórias da sua vida, p.11-30

Revista Espaço. Rio de Janeiro, nº 10. p. 47-53, dez; 1998. PEREIRA, M.C.C. **Aquisição da língua portuguesa por aprendizes surdos.** In: **Seminário Desafios para o próximo milênio.** Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, 2000. p.95-100.

SALAMANCA, Declaração. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994.